

Engenharia e prioridades

O resultado do mais polarizado ciclo eleitoral da história da democracia brasileira evidenciou a necessária supremacia do diálogo e do equilíbrio na tomada de decisões por parte dos gestores eleitos. Embora sob novas ou renovadas direções, União e Estados passam a carregar projetos e demandas herdadas dos antecessores, enquanto outras tantas urgências emergem cobertas pela validação apontada nas urnas.

As palavras do presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, Murilo Pinheiro, em artigo publicado na manhã seguinte ao 2º turno, estabelecem com precisão o objetivo geral a ser alcançado por todos os brasileiros. Segundo ele, “chegou o momento de concentrarmos nossas atenções às inúmeras e complexas tarefas a serem cumpridas para melhorar a vida do povo brasileiro e transformar o Brasil num país desenvolvido, justo e soberano”.

Tal desafio não deve ser encarado como incumbência exclusiva dos eleitos: “a responsabilidade cabe ainda à sociedade civil organizada, que deve contribuir da melhor maneira possível para a solução dos problemas nacionais”, destaca ainda o presidente da FNE.

A Engenharia Brasileira possui, portanto, um papel fundamental nos planos e projetos que vêm por aí. Em âmbito nacional, nossa Federação oferece como contribuição o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”.

Aqui no Estado, por sua vez, o Sindicato dos Engenheiros editou a Pauta Mínima para o Rio Grande do Sul, onde elencamos uma série de recomendações e caminhos para recuperação e o desenvolvimento socioeconômico, onde preconizamos o Planejamento Estratégico de Estado e não de Governo, sob a necessária visão de longo prazo.

Estamos perdendo posições no ranking federativo em setores estratégicos nos quais já ocupamos posição de vanguarda no cenário nacional. A retomada do Pólo Naval de Rio Grande, seus reflexos nos indicadores de emprego, recolhimento de tributos, desenvolvimento social da região sul, é uma bandeira a ser erguida por todos os gaúchos. Esta revitalização também colocaria em movimento o aproveitamento das potencialidades econômicas do sistema de hidrovias no Estado, inexplicavelmente sucateado.

A Agricultura Familiar, como sabemos, tem como suas principais características a capilarização da renda e a fixação do homem no campo. No entanto, observamos com incredulidade a política de desidratação orçamentária da EMATER perpetrada por sucessivas gestões. Isso tem que parar. Os investimentos públicos na Assistência Técnica e Extensão Rural precisam ser retomados e priorizados, e nenhuma outra estrutura tem a capacidade técnica, os recursos humanos e a presença junto às famílias rurais como a EMATER.

Em relação ao saneamento e as metas do Marco Legal, consideramos fundamental que a gestão permaneça nas mãos do Estado, para que o setor avance sob a lógica social e não do lucro. Parcerias com a iniciativa privada já nos deram exemplos positivos, ao mesmo tempo em que casos de privatizações mirabolantes precisaram ser revertidos, com volumoso custo financeiro e social.

Os quadros técnicos do Estado precisam ser valorizados. A experiência e o conhecimento acumulados ao longo de gerações por engenheiros e engenheiras da administração direta, indireta e das empresas públicas não podem ser desperdiçados. Mesmo que a opção por quadros partidários seja legal e republicana, recomendamos aos futuros gestores a adoção de critérios técnicos quando do preenchimento de cargos de livre nomeação, privilegiando o conhecimento e a capacidade dos profissionais, principalmente nas áreas estratégicas e de Engenharia.

ENGENHEIRO

Conheça todos os benefícios em senge.org.br

SEJA SÓCIO DO SENGE